



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O PAPEL SOCIAL DO
ARQUIVO NACIONAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RAILANE ANTUNES PEREIRA

RIO DE JANEIRO - RJ

2016

RAILANE ANTUNES PEREIRA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVO NACIONAL

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História, do Mestrado Profissional em História, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Rodrigo Turin

Orientador

RIO DE JANEIRO- RJ

2016

RAILANE ANTUNES PEREIRA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVO NACIONAL

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História, do Mestrado Profissional em História, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

Prof(a). Dr(a). _____ - _____

Prof(a). Dr(a). _____ - _____

Prof. Dr. Rodrigo Turin
Orientador

RIO DE JANEIRO- RJ

2016

Perei436e Pereira, Railane Antunes

Educação patrimonial: o papel social do Arquivo Nacional / Railane Antunes Pereira. – 2016.

58 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Turin.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

1. Patrimônio documental. 2. Ensino de História. 3 .Educação patrimonial. I. Turin, Rodrigo. II. Título.

CDD 027.370.9

Dedico à memória de Géssica Florinda Antunes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que priorizaram a minha educação e sempre incentivaram minhas escolhas. Me ensinando a ser perseverante e corajosa para alcançar meus objetivos.

Aos professores que contribuíram para minha formação, especialmente aos que me fizeram acreditar que poderia ir mais longe.

A Theo, que não apenas me apoiou como sempre me incentivou alcançar mais este degrau e que teve a calma necessária para me ajudar a superar os obstáculos.

Ao meu orientador, que dedicou seu tempo e paciência, me dando suporte para construção deste trabalho.

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

1. Introdução.....	01
1.1 Objetivos.....	03
1.2 Metodologia.....	03
2. Capítulo I – Educação Patrimonial.....	05
2.1 Educação Patrimonial e História.....	05
2.2 Patrimônio Documental.....	09
3. Capítulo II – Arquivo.....	11
3.1 Arquivo e memória.....	11
3.2 Arquivo Nacional.....	13
3.3 Políticas de difusão e preservação do Arquivo Nacional.....	15
3.4 Arquivo Nacional e comunidade escolar.....	17
4. Capítulo III - Relato da Atividade.....	21
4.1 Construindo a atividade.....	21
4.2 Execução da atividade.....	27
4.3 Conclusão e encerramento.....	28
5. Capítulo IV – Produto Desarquite-se.....	31
5.1 Construindo o Guia.....	31
5.2 Trabalhando fontes primárias.....	31
5.3 Atividades pedagógicas.....	32
6. Considerações Finais.....	33
7. Bibliografia.....	36
8. Anexos.....	38

RESUMO

Railane Antunes Pereira. Educação Patrimonial: o papel social do Arquivo Nacional

O presente trabalho trata a importância da aproximação de instituições de arquivo com a comunidade escolar, através do incentivo a Educação Patrimonial. Traz a relevância dessa relação como forma de fomento a memória e cultura, preservação dos acervos e ferramenta de apoio ao processo de ensino e aprendizagem. Aproximo o debate sobre memória, história e patrimônio para fundamentar o papel social que o arquivo desempenha.

Como objeto de análise, foi escolhido o Arquivo Nacional, por desempenhar papel político significativo, nas ações voltadas para os arquivos. Além de aplicação de atividade pedagógica no Arquivo Nacional, para aferir as possibilidades e obstáculos encontrados na interação escola e arquivo, foi feito levantamento das ações de difusão promovidas por este órgão, para compreender a abrangência de suas ações.

Os resultados obtidos apontam um grande distanciamento dessa instituição com o público escolar, mas também destaca os benefícios tanto para a educação quanto para o arquivo, quando ambos trabalham juntos.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial, Ensino de História, Arquivo e Patrimônio Documental.

ABSTRACT

Railane Antunes Pereira. Educação Patrimonial: o papel social do Arquivo Nacional

The present work deals with the importance of the approximation of archival institutions with the school community, by encouraging heritage education. Brings the relevance of that relationship as a way to promote memory and culture, preservation of collections and support tool for teaching and learning process. Approach the debate on memory, history and heritage to support the social role that the archive plays.

As analysis agent, the National Archives was chosen, for play a significant political role, in the actions focusing the archives. Besides pedagogical activity application in the National Archives, to assess the possibilities and obstacles encountered in school interaction and file, it was made a survey of diffusion actions promoted by this institution, to understand the scope of its actions.

The results show a great distance this institution with the public school, but also highlights the benefits for both, education and archive, when both work together.

Keywords: Heritage Education, History Teaching, Archives and Documentary Heritage.

1. INTRODUÇÃO

Assistimos uma crescente valorização dos patrimônios culturais nessas últimas décadas. Fenômeno ligado diretamente ao grande espaço atribuído à memória. Não é à toa que a História vem se debruçando para compreensão dessas temáticas. Em “Seduzidos pela Memória”, Huyssen vai apontar a emergência da memória como uma das preocupações centrais das sociedades ocidentais contemporânea.

O enfoque dado a memória após a Segunda Guerra Mundial, vai refletir na forma com que a sociedade passa a perceber e interagir com seus patrimônios, que são formas representativas da memória.

Segundo a Constituição Federal de 1988, Artigo 216:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

Em 1972 a UNESCO vai elaborar a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, considerando a relevância que esses passam a ter no cenário da sociedade em geral.

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.¹

Em meio a este contexto, a demanda dentro da área de Ensino de História, para o tratamento dessas temáticas, mostra-se cada vez mais presente, incumbindo o professor a aproximar essa realidade do ensino e aprendizagem do aluno. Destaca-se cada vez mais a importância da Educação Patrimonial para a formação cidadã. Conhecer os patrimônios, que são elementos culturais de referência identitária, é conhecer a si e por isso a Educação Patrimonial se torna ferramenta de valorização e preservação cultural, permitindo a inserção do mesmo em seu contexto sociocultural.

¹ Retira do sítio eletrônico: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/> Acesso realizado em: 24/11/2015 às 17:29.

Os projetos e atividades voltados à Educação Patrimonial, em sua maioria, estão ligados a espaços como museus, monumentos, centros culturais, etc. Contudo, há um grande déficit de projetos voltados para espaços como os arquivos. Os mesmos, apesar de abrigarem a memória documental de uma sociedade ou grupo social, são negligenciados na escolha por parte da escola e professores ao abordar essa temática. O que me fez refletir por qual razão os arquivos não são inseridos como ferramenta em auxílio ao ensino, aprendizagem e construção social? Fato é que os arquivos não seguiram o fluxo de outros espaços que aderiram ao movimento da memória. Não se consolidaram como espaços de memória frente a sociedade e isto está ligado diretamente a manutenção de uma visão que sacraliza os acervos e delimita o acesso. Eles continuam aprisionando seus documentos, acreditando que com isso estão preservando.

Considerando tais apontamentos, chego a questão central deste trabalho. É possível utilizar arquivos públicos no processo de ensino e aprendizagem? Mais especificamente, o ensino da disciplina História.

É a partir desta questão que se inscreve o desenvolvimento deste trabalho. Ele se direciona, prioritariamente, a verificar, através da construção de uma atividade pedagógica, focada no ensino e aprendizagem de História, para alunos do Ensino Fundamental II, as possibilidades e obstáculos para utilizar os espaços do arquivo de forma a contribuir para a formação escolar e cidadã, e em contrapartida promover a valorização de seus acervos documentais.

Estas apreensões se inscrevem tanto nas minhas preocupações enquanto professora de História, quanto no meu interesse particular em arquivos, relacionado à minha graduação em Arquivologia, que se encontra em curso, e me proporcionou um contato maior com o cenário de difusão, uso e apropriação desses acervos junto à sociedade.

Assim, utilizei o espaço e o acervo do Arquivo Nacional - compreendendo que o mesmo é o expoente em guarda, preservação e políticas de difusão em arquivo no Brasil - para verificar, produzir e estimular a apropriação do seu patrimônio documental nas escolas.

Para compreender melhor o papel social do arquivo, recorrei ao longo deste trabalho ao diálogo teórico sobre memória, patrimônio e ensino de História, destacando suas relações com a sociedade e sua relevância no panorama nacional.

1.1 Objetivos

Para desenvolvimento deste trabalho, destaco como objetivo geral, que norteou toda a sua construção, verificar as possibilidades e obstáculos para utilização do espaço e acervos do Arquivo Nacional, como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem do ensino de História.

Como objetivos específicos, o trabalho conseguiu:

- Produzir atividade pedagógica utilizando o acervo documental do AN;
- Incentivar a valorização da presença da comunidade escolar dentro de arquivos;
- Promover com os alunos o contato e a compreensão do que é uma fonte;
- Estimular nos alunos o uso e apropriação dos acervos;
- Elaboração de um guia para auxiliar professores a utilizarem os arquivos como instrumento de ensino.

Um outro objetivo específico havia sido apontado no projeto deste trabalho, porém com a saída da escola em que desenvolvi a atividade, não consegui realizar a parte de construir um arquivo para preservar os resultados da atividade na escola, para promoção, compreensão e incentivo ao arquivo escolar.

1.2 Metodologia

Com a finalidade de atingir os objetivos mencionados, elaborei uma atividade pedagógica, que consistia em usar os acervos do Arquivo Nacional, para desenvolver conteúdos da disciplina História.

Para este processo, levei em consideração as metodologias apontadas por Horta no Guia de Educação Patrimonial:

- Observação/percepção/identificação do objeto;
- Registro/visual, descrição verbal ou escrito/fixação do conhecimento;

- Exploração/análise do problema e levantamento/interpretação, evidências;
- Apropriação/releitura, interpretações diferentes, novas fontes/envolvimento.

Ao longo da produção e implantação da atividade, analisei as limitações e facilidades encontradas pelo percurso. E relatei nesta dissertação tais fatos, para que possa compreender se realmente é possível a apropriação deste espaço para tais iniciativas.

Para verificar a utilização de espaços voltados para Educação Patrimonial, utilizei um questionário online, direcionado para professores da Educação Básica (Anexo 5). O mesmo me auxiliou a compreender o real uso desses espaços e o motivo pelo qual não está sendo frequentado pela comunidade escolar.

Outros dois questionários foram utilizados para analisar a postura do Arquivo Nacional, frente essa temática, um voltado para o presidente da instituição e outro para o setor responsável pelo atendimento as escolas.

Também foi realizado um levantamento junto aos sítios eletrônicos de instituições de Arquivos internacionais, para realizar breve comparação de como esta temática é tratada fora do Brasil.

2. CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

2.1 Educação Patrimonial e Ensino de História

A patrimonialização dos discursos de memória no espaço público cultural, vai abrir precedente para que haja uma mobilização educacional para compreensão desses espaços na dinâmica de nossa construção histórica cultural. Sendo assim, a Educação Patrimonial, passa a emergir como fundamental para a “compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”² o indivíduo. Sua relevância e função social, passa a ser indispensável no processo de escolarização.

Segundo a conceituação de Horta (1999, p.6) sobre a Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Esse “instrumento de alfabetização cultural, sobre o mundo que o rodeia” passa a ser fundamental para construção identitária do indivíduo. A negligência desse conhecimento, faz com que o mesmo não consiga se perceber parte daquela construção, causando grandes prejuízos. Benveniste vai dizer que é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. E os patrimônios são mais uma forma de linguagem, pela qual aquela/uma sociedade se comunica e partilha seus referências. Logo, é necessário ensinar a leitura desses espaços patrimoniais.

² Retirado do sítio eletrônico: <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>, texto produzido por Ricardo Oriá.

Compreendendo que em todas as sociedades há uma diversidade cultural muito grande, e que o número de expressões de memória é extenso, é primordial que a Educação Patrimonial seja tratada com responsabilidade, pois ela se torna essencial para a formação do indivíduo como membro dessas sociedades. E mais fundamental ainda, é que os espaços/lugares de memória comportem, de forma democrática, toda a pluralidade de uma dada constituição. Pois, os mesmos podem, como ressaltado por Catroga, ao mesmo tempo enunciar, mas também omitir e ocultar.³

Um dos principais problemas/objetivos apontados para o ensino de História é estimular as habilidades necessárias para que o aluno compreenda que a disciplina não é apenas decorar fatos. Com a ajuda da Educação Patrimonial os alunos conseguiriam perceber, na prática, tudo que é trabalhado e demonstrado por meio das leituras e aulas, criando possibilidades cognitivas de aprendizagem, que auxiliariam na sua formação escolar e cidadã.

Também contribuiria para conservação e preservação daquele patrimônio. Se não há reconhecimento dos bens patrimoniais, tão pouco será relevante a manutenção do mesmo. Só há preservação, quanto se tem consciência da importância e contribuição para sua formação.

A difusão da cultura da preservação exige o contato sistemático dos cidadãos com os bens culturais e naturais, dos estudantes com as atividades relacionadas a essa questão, em particular, com as pesquisas efetuadas por historiadores, arqueólogo, arquitetos, restauradores, geógrafos, ambientalistas, ecologistas e demais especialistas devotados a resguardar o patrimônio (PELEGRINI, 2009; p. 113)

A Educação Patrimonial contribuiria para processos de valorização da cultura, construção histórica temporal e preservação dos espaços de memória. Desta forma, ela se apresenta como dinamizadora e consolidadora da aprendizagem, bem como estimuladora de um compromisso ético e cidadão para formação sócio-identitária da comunidade, responsável pela integração e comunicação do indivíduo com seu meio social. Incentiva-la é uma obrigação e um compromisso que todo professor deve assumir no seu fazer profissional.

³ CATROGA, 2001.

Utilizar arquivos para incentivar a Educação Patrimonial é abrir espaço para mais um caminho de aprendizagem. Que pode se mostrar muito frutífero para a formação do sujeito.

O fato de o documento de arquivo apresentar essas características - ser prova ou evidência de uma ação e ser em grande parte escrito, pelo menos no que diz respeito a documentos de arquivos de administração pública – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes lingüísticos, históricos e de cidadania, já que os documentos refletem a administração pública de uma cidade, estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governo e cidadãos (FRATINI, 2009, p.06)

Arquivos como o NARA (National Archives and Records Administration) nos EUA, trabalham com a perspectiva pedagógica, disponibilizando em seu sítio digital, recursos para professores utilizarem seus acervos. Tal prática vem se mostrando promissora, sendo adotadas como estratégias pelos principais expoentes de arquivos no mundo, com o intuito de aproximar cada vez mais o público escolar dos arquivos e para promoção, difusão e preservação de seus acervos.

Junto ao sítio digital do Arquivo Nacional não há tal dinâmica com o público escolar. Por isso, foi necessário aprofundamento desta pesquisa quanto às propostas da instituição, voltadas a esse viés. E no Brasil, há poucos projetos em arquivos voltados à Educação Patrimonial, especialmente para o ensino de História.

As Diretrizes Curriculares Nacionais e aos Parâmetros Curriculares Nacionais, incentivam a Educação Patrimonial e o reconhecimento cultural dos processos históricos do grupo em que se insere o aluno. E também se preocupa com o reconhecimento da diversidade de documentos históricos e a desenvolvimento da habilidade de tratamento e utilização de fontes primárias. Portanto este trabalho também procura se alinhar a essas propostas.

Em levantamento realizado por questionário online, destinado a professores do ensino básico (Anexo 5), tentei perceber o quanto se preocupavam com a Educação Patrimonial, se a escola trabalhava esse conceito e como era trabalhada. Também, tentei aferir quais locais que mais utilizavam para trabalhar esta temática.

Dos trinta e nove profissionais que responderam o questionário, 56,4% informaram que Educação Patrimonial é trabalhada raramente nas instituições em que trabalham. Quando questionado como era trabalhada essa questão, 33,3% informaram que não era trabalhada. Outros 28,2% indicaram que era trabalhada apenas em sala de aula, sem qualquer visita. Porém 59% desses profissionais, apontaram que a Educação Patrimonial era muito importante no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Esses dados são realmente importantes para analisar o cenário da Educação Patrimonial. Apesar de ser considerada importante para o processo de ensino e aprendizagem, de ter atualmente uma difusão em prol da mesma, ainda é trabalhada de forma superficial e pouco eficiente para obtenção de bons resultados.

Precisamos fomentar ainda mais seu uso, para conscientizar que a mesma forma cidadãos mais conscientes da sociedade em que estão inseridos. Formaremos pessoas capazes de respeitar o patrimônio e também a diversidade dele.

Outro ponto da pesquisa, tratava dos principais locais que frequentemente os professores e escola levavam os alunos para visita e trabalho da Educação Patrimonial. Os museus foram apontados como os principais espaços utilizados para trabalhar a temática, com 76,9%. Logo atrás deles, vinham os centros culturais com 53,8%. Os arquivos apareceram com apenas 10,3% na pesquisa.

Como já previsto, os museus acabam sendo os locais de mais uso por parte da escola e professores, os mesmo se moldaram ao recebimento deste público e sempre investem em ações pedagógicas para aproximar a instituição da comunidade escolar. Em sua maioria, o principal público dos museus são as escolas, elas que fomentam a difusão da sua importância e de seu acervo.

Não muito distante, os Centros Culturais, também estão se aproximando cada vez mais da educação. Oficinas e exposições, são montadas com foco principal nas escolas e professores.

Já os arquivos, parecem estar a parte do cenário cultural. Seu reconhecimento como patrimônio parece não ter se estabelecido, ou mesmo parece não querer se inserir como tal. As poucas exposições que ocorrem nesses espaços, não demonstram ter qualquer preocupação em se alinhar as propostas educacionais. As oficinas, quando raramente acontecem, são focadas para profissionais da área de Arquivologia ou mesmo História. Não existe qualquer promoção junto as escolas no seu entorno para apropriação do seu espaço e do seu acervo.

Ainda que na pesquisa, uma grande porcentagem de profissionais, 46,2%, tenham respondido que as instituições de arquivo são muito importantes para o processo de ensino e

aprendizagem, isso não se reflete no momento da escolha do lugar para trabalhar Educação Patrimonial. O que demonstra o pouco incentivo dessas instituições para atender esse público. Refletido diretamente na questão, onde pergunto a frequência de visita da escola e alunos a arquivos públicos, onde 61,5% apontaram que raramente esses espaços são visitados.

2.2 Patrimônio Documental

Desde a Revolução Francesa, verificamos uma preocupação com a aproximação dos arquivos com a sociedade. Especialmente, como o objetivo de desenvolver uma identidade nacional. A explosão documental, ligada diretamente à legitimação e expansão da máquina burocrática recém instaurada pelo Estado, multiplica os arquivos e incentiva a utilização dos mesmos para uma parcela maior da sociedade. Conservar e dar acesso a documentos fazia parte da consolidação dos Estados Nacionais e da formação de cidadãos. Entretanto, é na contemporaneidade que esta demanda vai se inscrever com maior força junto às políticas de arquivo, amparadas por políticas educacionais de valorização da memória, dos lugares de memória e da história regional.

Após a II Guerra Mundial, percebemos um drástico deslocamento do conceito de acesso aos arquivos de forma global. Antes ligado e voltado para acesso da máquina jurídico-administrativa e para a pesquisa científica, histórica com destaque, torna-se um direito democrático de todos os cidadãos, assegurado pela Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, que inclui o acesso à informação. (FONSECA,1999)

No Brasil, a partir da Constituição de 1949, é que o arquivo é considerado como patrimônio. Em meio à era das consolidações de memórias no espaço político e social, os arquivos passam a ser percebidos como patrimônio documental, necessários à manutenção, construção e significação da memória coletiva dos grupos sociais.

O documento de arquivo passa desempenhar, além de suas atribuições de usos administrativos e histórico, um papel cultural importante para a inserção do indivíduo em sua sociedade. Portanto, incorpora valor social que deve ser observado tanto pela entidade de guarda, quanto pela sociedade que o produziu.

Entender o arquivo como patrimônio documental ligado a demandas político-sociais de indivíduos e grupos, e não apenas como “meros espaços de guarda para documentos antigos”, transforma sua ação informacional. Imbuído de responsabilidade para com a sociedade, o arquivo deve repensar suas políticas de acesso e quem são seus usuários.

Expandir a noção de documento de arquivo à temática de Educação Patrimonial, é uma forma de olhar o arquivo como um instrumento potencializador do processo de ensino-aprendizagem e de fortalecimento cultural. É empoderar o sujeito de capital cultural, caso possamos ver a informação segundo Bordieu.

Tal compromisso auxiliaria a construção cidadã dos que poderão ser os futuros pesquisadores ou agentes políticos, trazendo a eles uma conscientização da importância de espaços de memória para constituição da sua própria formação e vínculo social, desdobrando-se para manutenção, valorização e preservação desses espaços.

3. CAPÍTULO II – ARQUIVO

3.1 Arquivo: lugar de memórias

Trabalho com a noção de lugares de memória, desenvolvido por Pierre Nora para melhor compreender o papel social de instituições de arquivo.

O autor define que lugar de memória possa ser qualquer coisa, desde arquivos, museus, estátuas, datas comemorativas, etc., porém, estes devem apresentar o que ele chama de aura simbólica, isto é, os mesmos devem apresentar vontade de memória. Sociedades ou grupos precisam se identificar com eles, atribuindo-lhes significados.

Nora classifica os lugares de memórias em: lugares materiais - onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; lugares funcionais - porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e lugares simbólicos- onde essa memória coletiva se expressa e se revela.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incadescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993; p. 13)

A eclosão dos arquivos e seus acervos, vão se inscrever nesse marco contemporâneo que assistimos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ao que Huyssen chama de boom memorial⁴, ligado à necessidade de eternizar o presente, “controlando” o medo do esquecimento, trazido pela aceleração do tempo que marca o regime de historicidade presentista.⁵

Ainda segundo Nora, a transição da memória para história, faz emergir a necessidade de variados grupos redefinirem sua identidade, frente ao cenário globalizante e plural. O dever

⁴ HUYSEN, 2000;

⁵ HARTOG, 2013;

de memória, faz de cada um historiador. Especialmente grupos sociais que ao longo da construção histórica foram silenciados ou injustiçados, vão aportar como protagonistas e utilizar a memória como dever social, para prevenir o futuro das atrocidades do passado. (COSTA, 2009, p. 4)

Construímos lugares de memórias para reter o que não conseguimos mais individualmente. Halbwachs vai defender que para lembrar, o indivíduo precisa do outro. E desta forma, segundo o autor, ao se distanciar do grupo de referência de uma dada memória, o ato de lembrar torna-se difícil, pois o distanciamento dos pilares memoriais, acaba levando à fragmentação daquela memória. E à medida que essa memória vai se fragmentando, passamos a acumular os vestígios dela, para que não se perca nossas matrizes referenciais.⁶

A memória se torna, segundo Pollak, elemento constituinte de sentimento de identidade⁷. Não é por acaso que a História vai se aproximar cada vez mais da Antropologia cultural para compreender a construção de identidade e se aprofundará cada vez mais nos estudos de memória.

A memória vai galgar um patamar de destaque nas interações sociais e se consolidará no campo da ciência, desdobrando-se para o espaço político e de relação da sociedade com o seu passado. Movimento que também estará presente nas políticas de arquivos e na forma como os mesmos se posicionam frente às novas demandas de variados grupos da sociedade.

Uma memória representada através de um patrimônio é a afirmação e a materialização de sua importância para aquele grupo e/ou sociedade. Em meio a inúmeros outros discursos, é aquele discurso que foi escolhido para compor o acervo de referenciais para conjunto de indivíduos. Catroga vai ressaltar que a evocação de memórias a partir da leitura de patrimônios só é possível quando os mesmos têm significado para aquela sociedade.⁸ Recordar torna-se um ato comunitário.

⁶ HALBWACHS, 1990.

⁷ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Estudos Históricos, 1992;

⁸ CATROGA, 2001.

O patrimônio vai legitimar na esfera política e social a importância desta memória em detrimento de outras. E devemos reconhecer que há disputas de poder dentro a seleção de memórias. A escolha de uma delas, mostra que tipo de identidade social que queremos formar.

A preocupação é se as representações de memórias, que são valorizadas nos espaços de arquivos públicos, correspondem aos anseios e referências da sociedade como um todo, sem negligenciar a multiplicidade de grupos que compõe nossa formação.

Os grupos sociais que não são representados nos espaços públicos, sofrem grandes perdas em sua formação histórica temporal e cultural. Causando prejuízos em sua inserção no discurso daquela sociedade, com seu afastamento ou mesmo marginalização.

Tais preocupações não se distanciam da realidade dos arquivos públicos. O fenômeno de boom memorial, vai afetar diretamente sua relação com o público geral. Seu acervo não estará mais voltado e focado a servir como prova para administração pública ou para pesquisas acadêmicas, o mesmo deve passar a servir a essas demandas de memória, onde se faz necessário repensar suas políticas de difusão de acervos e sua integração com a sociedade.

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta a sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando -lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (BELLOTO, 2006, p. 227)

O espaço do arquivo e seu acervo só terão a correspondência de referencial de lugar de memória pela sociedade, caso o mesmo corresponda as suas representações e que nele seja encontrado a “áurea simbólica”.

3.2 Arquivo Nacional – um panorama.

O Arquivo Nacional, situado no município do Rio de Janeiro, carrega as marcas da história do Brasil. Constituído ainda na época do Império, ele é fundado em 1838 como Arquivo Público do Império, ficando ligado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, com finalidade de salvaguardar documentos do Poder Executivo, Moderador e Legislativo. Possuía três sessões: Legislativa, Administrativa e a sessão de Arquivos Históricos.⁹

O AN sofreu os reflexos das mudanças do país e da sociedade brasileira em geral. Em 1893, modifica sua denominação para Arquivo Público Nacional, em razão da recém instituída República. Em 1911, vai adotar a nomenclatura de Arquivo Nacional. No ano de 1960, chegou a ser cogitada sua transferência para o então Distrito Federal situado em Brasília. Tal medida acompanhava as alterações na conjuntura política, geográfica do Brasil. Porém, após comissão de análise, foi verificado a impossibilidade de tal transferência, em razão do grande volume documental e do custo que tal medida acarretaria. Neste mesmo ano é incorporada a seção de audiovisual, atendendo ao crescimento de produção fotográfica no Brasil.

O AN foi vinculado ao Ministério da Justiça em 1983, sendo transformado em órgão autônomo. O vínculo com o Ministério da Justiça vem desde 1981, quando foi realizado uma parceria entre a Fundação Getúlio Vargas e o Ministério da Justiça, articulado por Celina Vargas do Amaral Peixoto, para executar o projeto de modernização institucional administrativa do Arquivo Nacional.

Em 2004, passa a ocupar o espaço da antiga Casa da Moeda, situado à Praça da República no Rio de Janeiro, onde está fixado até o momento.

Ocupa posição central junto ao Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, que é responsável por controlar as atividades de gestão de documentos de arquivos no âmbito de entidades e órgãos da administração pública federal. O Conselho Nacional de Arquivo – CONARQ, também é vinculado as suas responsabilidades, sendo o mesmo responsável por definir a política nacional de arquivos públicos e privados, exercendo orientações normativas. Desta forma, também integra o Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, responsável por implementar o que foi definido pelo CONARQ, visando à preservação, à gestão e o acesso aos documentos de arquivo no âmbito nacional.

⁹ Informações retiradas do site: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>

Conhecido por ser o “guardião de memória” do Estado-nação, o AN abriga, juntamente com sua Coordenação Regional no Distrito Federal, mais de 55 quilômetros em documentos textuais, sendo estimado que possua 1,79 milhão de acervos ligados a outras tipologias documentais, como mapas, fotografias, filmes e etc. Dentre este rico acervo, encontram-se documentos da formação do Brasil, incluindo arquivos trazidos pela corte de D. João VI, que remetem a nossa antiga metrópole.

É neste cenário rico e de destaque que se inscreve o Arquivos Nacional, sendo o principal difusor de políticas para arquivos no país e possuindo um vasto e precioso acervo que remonta à História do Brasil. Assim, o escolhi por sua relevância no cenário nacional e percebendo que o estímulo de ações pedagógicas junto ao mesmo pode repercutir em ações políticas e servir como referência a outros arquivos.

3.3 Políticas de difusão e preservação do Arquivo Nacional

No campo da difusão e preservação, o Arquivo Nacional conta com a Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo e com a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental, o mesmo ainda conta com a Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo

A Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental cuida das relações externas com outros arquivos, buscando difundir em meio nacional e internacional o acervo e bibliografia do Arquivo Nacional. A mesma cuida dos interesses brasileiros para reconhecimento nos processos de Memória Mundo e trata das políticas de promoção do AN. É responsável por cuidar do site da instituição e também da visitação de autoridades e público em geral na instituição.

Já a Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo, auxilia a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental. A ela compete fazer pesquisa de caráter histórico-cultural para possíveis publicações e exposições que promovam o acervo da instituição. Compete também a organização de seminário e mesas, bem como é responsável por conceber e planejar programa de caráter pedagógico.

Esta última função, talvez seja a mais relevante para este trabalho, pois há preocupação de um caráter mais pedagógico, e não apenas científico, na promoção e difusão do acervo.

Em primeira análise, fui buscar junto ao site do Arquivo Nacional as formas de difusão promovidas por ambas as coordenações e listarei abaixo o que encontrei voltado a este aspecto:

- Revista Acervo: é uma revista impressa e também disponibilizada por meio digital que sempre é regida por uma temática. A revista é publicada semestralmente e divulga estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia. Prioriza os trabalhos que são realizados com o acervo institucional, podendo ser publicado em forma de resenha, artigo livres, documento ou dossiês.

- Exposições virtuais: consiste em difundir o acervo e os projetos culturais no formato digital. Algumas das exposições virtuais, coincidem com as exposições físicas da instituição.

- Sítios eletrônicos de pesquisa: são sítios ligados ao Arquivo Nacional, focado em algumas temáticas, que disponibilizam as fontes para busca daquelas temáticas. Até a data de 17/07/ 2016, os seguintes endereços eletrônicos estavam ativos:

1- Programa de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira - <http://linux.an.gov.br/mapa/>

2- O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira- <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

3- Centro de Informações de Acervos dos Presidentes da República - http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp

4- Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira - <http://www.an.gov.br/anac/index.asp>

5- Censo de Arquivos Brasileiros: Públicos e Privados - <http://www.arquivonacional.gov.br/media/Projeto%20Censo-%20Publique%20final.pdf>

6- Retratos Modernos - <http://www.an.gov.br/retratosmodernos/>

No site podemos encontrar a plataforma de base de dados do AN, chamado SIAN, porém este não é gerenciado diretamente por essas coordenações.

Apesar do esforço demonstrado para difusão, ainda há pouco impacto na sociedade em geral com essas ações. Tão pouco é visto, o caráter pedagógico nesses projetos, algo inclusive que está junto as atribuições da Coordenação de Pesquisa e Difusão de acervos.

As ações internas também são pouco difundidas e produzem pouco impacto. Os poucos seminários e oficinas promovidos pelo setor, são voltados para profissionais da área. As exposições físicas, não são bem promovidas e acabam não obtendo um quantitativo de público razoável.

A Coordenação Geral de Processamento e Preservação de Acervo, em suas competências está disposto os procedimentos técnicos para preservação. Não leva em consideração que preservar também é difundir. Um conjunto documental que seja mais

acessado tem maior visibilidade e é disponibilizado mais recursos para sua manutenção, porém a intercâmbio entre o setor de preservação e de difusão parece não promover essa interação. Percebemos nas exposições e promoções do acervo, visões diferentes da coordenação de preservação e difusão. Parece não haver sincronia entre ambas para promover um conjunto documental em comum. Enquanto uma preserva determinados conjuntos a outro difunde outros. Fato este que pode ser constatado entre os conjuntos que foram retirados de consulta para tratamento técnico interno e externo e que não foram anteriormente e posteriormente, difundidos ou promovidos. Informação dada pelo próprio setor ao ser questionado como é feita a escolha de conjuntos para tratamento.

Contudo, o trabalho que é feito pelo setor em preservação digital, vem auxiliando um maior contato com o acervo do AN. Porém, o processo é demorado e como não tem retorno financeiro, a instituição precisa priorizar conjuntos com maiores demandas.

Outra coordenação importante citar é a de Consulta ao Acervo, tal setor tem um papel muito importante para as políticas de preservação e difusão. Ele que terá um contato maior com o público e a sociedade em geral. É dele que sairá o relatório quantitativos e qualitativos de busca no acervo, que direcionará, ou deveria, as ações para promoção, acesso e preservação. Também é ele que atualizará ou implantará os instrumentos de pesquisa de acordo com a necessidade dos usuários.

Um outro aspecto que deve ser levado em consideração nas políticas de difusão e preservação, é a estrutura hierárquica a qual o Arquivo Nacional é submetido. O mesmo é ligado ao Ministério da Justiça, por razões de cunho histórico e político. Essa ligação é um tanto contraditória se pensarmos no papel do Arquivo Nacional e os objetivos e funções do Ministério da Justiça. Apesar de garantir uma parte orçamentária a instituição, não podemos dizer que um dos objetivos e preocupação do Ministério da Justiça é a difusão e preservação do acervo do Arquivo Nacional. Essa associação acabou distanciando a instituição dos projetos e objetivos do Ministério da Cultura. Hoje já se debate a possibilidade de um alinhamento entre Arquivo Nacional e a pasta de projetos da cultura e educação. Compreendo que tal aproximação poderá trazer grandes benefícios a sociedade em geral, pois o Arquivo Nacional passa a ser, de certa forma, mais reconhecido como instituição de promoção cultural.

A atual gestão, liderada pelo novo diretor José Ricardo Marques, vem buscando modificar o perfil do AN. Em reunião realizada com o mesmo, me relatou que um dos principais projetos é inserir o Arquivo Nacional junto ao contexto cultural da cidade. Realizando uma abertura de seu pátio à eventos para comunidade e também busca uma aproximação com as

Universidades, com intuito de estar mais atento as demandas científicas e fazer do espaço uma ferramenta para desenvolvimento do ensino.

3.4 Arquivo Nacional e comunidade escolar

Durante a construção do trabalho, tentei buscar informações, sobre a interação do AN e comunidade escolar. Nos questionários encaminhados (Anexo 2 e 3), tento obter mais informações sobre o número de visitas de escolas que os mesmos recebem anualmente e quais projetos são desenvolvidos para este público. Um dos questionários foi devolvido, o referente as perguntas encaminhadas ao setor de Promoção Institucional, onde a funcionária Veronica Morse me encaminhou as respostas. O outro, foi respondido em meio a uma reunião realizada com o atual diretor do AN, José Ricardo Marques.

Baseado no ano de 2015, o Arquivo Nacional teve 1096 visitantes de 67 instituições diferentes. Apontam como maiores usuários, as escolas de ensino profissionalizante (ESPRO, SENAI, CIEE e SENAC), também estudantes universitários e profissionais da área de arquivo. O número de visitas de escolas de ensino fundamental e médio no ano de 2015 é de apenas cinco. Sem dúvidas um número muito baixo, para uma instituição com um acervo tão rico.

Pergunto aos mesmos o tipo de atividade que é realizada na visita deste público, e quais setores eles têm acesso. O procedimento padrão é que os alunos sejam direcionados ao auditório e assistam um filme que fala sobre a instituição, estrutura e os trabalhos desenvolvidos. Este filme é padrão, não variando de acordo com o público. Após o filme, os alunos são guiados para o local de exposição, onde a curadora costuma orientar os mesmos durante a visita. Nas exposições que ocorrem o contato com o acervo da instituição, algumas vezes os documentos ali expostos, são os originais.

Entretanto, a exposição nem sempre está voltada para temas escolares, a linguagem da mesma, apesar de abrangente, não é direcionada para o público do ensino básico.

As visitas costumam durar aproximadamente duas horas, e os únicos espaços de acesso é o auditório, sala de exposição e o pátio interno. Outros setores são restritos e apenas aberto para visita em algum projeto específico de profissionais ou estudantes da área de arquivo.

Outra preocupação é se disponibilizam algum material para esse público, porém o que é oferecido são folders da instituição e da exposição. Para o público especializado é ofertado outros materiais, como a Revista Acervo.

O projeto Arquivo em Cartaz foi apontado como sendo o de maior interação entre alunos do ensino fundamental/médio e o AN. É feita a exibição de filmes e também promovem a

Mostra de Arquivos do Amanhã, essa amostra consiste em reunir documentos produzidos pelos alunos que documentem eventos, fatos, lugares, costumes e tradições, fomentando a valorização da cultura e a preservação da memória.

Não são ofertadas oficinas para professores ou alunos do ensino básico, para promoção e aproximação da instituição. Arquivos como o National Archives of Australia, além de oferecer roteiros de aula utilizando fontes de seu acervo, promovem oficinas e cursos para professores desenvolverem projetos junto ao seu acervo.

O NARA, nos EUA, tem uma equipe voltada a receber e promover a instituição para o meio educacional. Junto ao Arquivo Nacional, não é visto este esforço. Informaram que havia divulgação das exposições quando as mesmas são inauguradas, porém as exposições não são adequadas para receber esse perfil de usuário. Ao serem questionados se havia algum preparo para atendimento ao público escolar, os mesmos sinalizaram que não havia. Os profissionais que me atenderam, apesar de serem muito aplicados, não tinham experiência para lidar com o público e demanda escolar. Entretanto, quando solicitei realizar a atividade, os mesmos aceitaram e colaboram muito para execução. De toda forma a estrutura física e política, não é apropriada para receber esse público, necessitando repensar o Arquivo Nacional para acesso das escolas.

No site, na parte de sítios eletrônicos de pesquisa - Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira – é o único local que atende à demanda escolar. Nele há temas pertinentes aos conteúdos da disciplina História e uma aba Sala de Aula, onde sugere temas para pesquisa, informa conjuntos e itens documentais que podem ser usados, bem como transcrevem alguns documentos para facilitar a atividade. Todavia, este sítio de pesquisa foi feito em parceria com a Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, além do auxílio da UERJ por convênio com o Conselho Nacional de Arquivos. Esta iniciativa não é vista em outros sítios eletrônicos de pesquisa organizado apenas pelo AN.

Esse exemplo, deveria ser seguido em outros projetos e até mesmo para as exposições físicas e digitais. Pois apesar de serem muito interessantes e com grandes possibilidades de uso para o ensino e aprendizagem, não fornece linguagem e formatos para serem trabalhados.

Destaco, mais uma vez, que há possibilidade de grandes mudanças no perfil do Arquivo Nacional. Este possível alinhamento as demandas da Educação e Cultura, pode proporcionar mais abertura e projetos voltados para uma difusão maior para este público.

Acredito que esta aproximação, só trará benefícios para ambos os lados. O Arquivo Nacional é muito rico de informação e uma ferramenta em potencial para ser explorada pelas

escolas. Ao mesmo tempo, ele pode captar recursos para realizar tais projetos e preservar seu acervo.

De todo modo, ainda há muito o que modificar, a própria postura do Arquivo precisa ser adaptada, pois ainda sacralizam os documentos. Dar acesso parece não ser um hábito e sim uma quebra em sua rotina. A proteção que querem exercer, acaba por ocultar o documento e sua informação.

Quando pergunto para o setor responsável pela promoção do AN o que os mesmos acham que deveria melhorar para haver uma maior interação entre Arquivo e Escola, apontam que as escolas deveriam ter mais interesse em realizar essas visitas. Não ponderando se os serviços oferecidos são interessantes para aquele público.

O próprio diretor admite que essa interação renderia muitos benefícios a instituição, porém reconhece que as mudanças precisam partir de ambos os lados. A nova reestruturação do Arquivo Nacional, segundo o mesmo, quer garantir que esse contato com a comunidade escolar seja maior, mas precisaria de um tempo maior para modificar sua estrutura física e profissional para recebimento desses alunos.

As escolas, também precisam trabalhar a cultura da Educação Patrimonial, indispensável para formação do aluno e inserir os mesmos ao conjunto referencial de memória e identidade da sociedade. Precisam usar e se apropriar desses espaços para completar a formação desses alunos. Sem dúvidas é necessário um esforço das duas partes.

4. CAPÍTULO III – RELATO DA ATIVIDADE

Como meio de atingir meu objetivo geral neste trabalho, optei por realizar uma atividade pedagógica que me auxiliaria a observar as reais possibilidades e obstáculos de utilizar os espaços de arquivo no processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, necessitava do auxílio da minha escola e também o Arquivo Nacional, afim de cumprir com minha proposta.

O trabalho pode ser dividido em antes da atividade, durante e depois. Também foi realizado em duas frentes, tanto na escola - com a direção e alunos-, como no Arquivo Nacional.

Assim, para melhor compreensão da atividade, dividirei este capítulo em: construindo a atividade, execução da atividade e encerramento e conclusão da atividade e separarei o relato entre Escola e Arquivo Nacional.

4.1 Construindo a atividade

- Escola

A atividade foi elaborada e aplicada na escola de ensino particular, Colégio Paulo Freire, localizada em Niterói. A proposta foi apresentada no conselho de classe de 6 de novembro de 2015. Toda e qualquer atividade externa com os alunos, deve seguir uma proposta pedagógica, onde os alunos devem ser preparados para realizar tal proposta e devem apresentar resultados. Desta forma, os alunos deveriam ser inseridos antes ao contexto para que pudessem ter melhor desenvolvimento e aproveitamento na atividade externa.

Como forma de conscientizar para a atividade que iria realizar, apresentei aos professores e coordenação um adendo a ser incluído ao Projeto Político Pedagógico do ano seguinte (2016), que consistiria em estimular e trabalhar fontes primárias em diversas atividades nas diversas disciplinas.

Desta forma, não apenas poderia inserir os estudantes no contexto da atividade, bem como os professores estariam engajados no processo e futuramente serem beneficiados com a atividade.

Após a aprovação e inclusão nos objetivos para o próximo ano letivo, me dediquei a delimitar como seria a atividade junto ao Arquivo Nacional. A intenção era realizar uma visita, porém ir além de conhecer apenas sua estrutura física, mas também seu acervo e poder realizar alguma pesquisa com os alunos.

- Arquivo Nacional

Em razão de fazer a faculdade de Arquivologia, e ter muitos dos meus professores trabalhando junto ao Arquivo Nacional, tive muito apoio e orientação para realizar a atividade. Porém, acredito que caso não tivesse todo o conhecimento que tinha internamente, certamente, não conseguiria realizar tal atividade. No Guia que desenvolvi após esta atividade, pontuo os caminhos para o professor contatar o Arquivo Nacional para realização de atividades internas.

Fui direcionada ao setor de Promoção Institucional, lá fui atendida por Veronica, chefe do departamento, a quem relatei minhas intenções de atividade. Em razão da minha proposta, a mesma sinalizou que precisaríamos de algumas autorizações para utilização de alguns espaços.

Nossa maior dificuldade foi definir um tema que pudesse ser bem trabalhado junto ao acervo. Fora que ainda não tinha ideia de com qual turma realizaria a atividade e em qual estágio de ensino para poder delimitar melhor nossa temática e principalmente quais documentos os alunos teriam acesso.

Minha proposta inicial era:

- Um dia de atividade no Arquivo Nacional;
- A turma receberá um tema, referentes ao conteúdo de História trabalhado, para pesquisar junto ao acervo do AN;
- Serão necessários os recursos materiais: DVD's, papel, lápis e câmera;
- Realizarão breve tour no espaço antes de iniciar a pesquisa;
- Um aluno ou mais ficaria responsável por registrar a atividade por meio de fotos;
- Serão divididos em grupos e cada um deles fará pesquisa em uma seção ou suporte de informação diferente, exemplo: Audiovisual – fotos, vídeos/ Mapoteca;
- A variação dos suportes dependerá do tema;
- Receberão modelos de fichas para preenchimento, para registrarem as informações dos documentos;
- Terão o acompanhamento de uma mediadora do AN para ter acesso aos acervos, que serão pré-selecionados;
- Será permitido a cópia de alguns documentos e também fotos para inserir na pesquisa;
- Após reunir as informações, os alunos agrupariam as fichas e materiais coletados para posterior análise.

No decorrer da construção da atividade, alguns itens da proposta inicial, tiveram que ser descartados, tanto por falta de autorização, como em razão de problemas de estrutura física encontrado no dia da realização da atividade.

Para nortear melhor a escolha do tema, a Verônica fez um levantamento no final de novembro/2015 sobre possíveis temas que atendessem ambos os lados. Levei o planejamento dos conteúdos que seriam trabalhados no primeiro bimestre de todas as turmas. Pois compreendi que para realizar a atividade e fazer o seu relato, de modo a contribuir para esta dissertação, a mesma deveria ser realizada logo no início do ano letivo. Assim, analisamos as possibilidades de cada um dos conteúdos, refletindo os fundos e suportes documentais que poderiam ser utilizados.

Colocamos critérios, como relevância do tema para atualidade, variedade de suporte, facilidade de acesso ao acervo, possibilidades de articular temas transversais e por fim chegamos aos temas possíveis:

- Ditadura Militar, já que o AN recebeu a documentação da Comissão da Verdade e já tem disponível 24 séries documentais;
- Escravidão e Resistência, houve mobilização do acervo para o dia da Consciência Negra que poderiam ser aproveitados;
- Imigração, o maior acesso por parte da sociedade ao AN é pela busca da origem familiar, muitas vezes ligado a processos de dupla nacionalidade;
- Reformas Urbanas no Rio de Janeiro, onde podemos explorar as realizadas por Pereira Passos e também as atuais.

A escolha do tema, também definiria a turma que eu iria utilizar no processo, porém a distribuição de turmas só aconteceria no início de 2016. Precisaríamos aguardar para verificar quais turmas eu teria regência e também nos preocupamos com o número de alunos para atividade, quanto maior a turma seria ainda mais difícil trabalhar no espaço do Arquivo Nacional.

Desta forma definimos, no mês de março, que a turma a realizar a atividade seria a de oitavo ano e que o tema seria ligado a Escravidão e Resistência. A turma foi definida pelo número de alunos e pela maturidade intelectual para realizar a atividade, já o tema está ligado a uma demanda social atual e também próximo ao conteúdo que seria trabalhado com os mesmos naquele bimestre.

Outro fator que me encorajou a definir sobre o tema, foi o apoio das professoras de Artes, Flávia, e Literatura, Tatiana, que já haviam definido trabalhar com a temática sobre o negro e me incentivaram a unir forças a elas no planejamento.

Assim, definido o tema, precisava junto ao Arquivo Nacional selecionar quais documentos meus alunos teriam acesso para montar a pesquisa. Selecionamos alguns critérios para a seleção:

- Diversidade de suporte - para que os mesmos compreendam que documento não é apenas de suporte papel e de formato textual;
- Facilidade de interpretação – nada que precisasse de auxílio especializado para compreensão do que estava exposto;
- Diversidade de discurso – que permitisse visões diversificadas sobre o tema.

Selecionamos dezoito documentos, entre eles quatro jornais, seis fotografias, dois documentos do judiciário, duas cartas, três escrituras de venda de escravo e um registro de morte.

Esse levantamento, mobilizou a pesquisa em oito fundos diferentes, sendo eles:

- Barão e Baronesa de Itamarandiba;
- Barão de Cocais;
- Administração do Porto do Rio de Janeiro;
- Antônio Carlos Simões da Silva;
- Juízo de Paz da Freguesia de Santa Cruz do Rio de Janeiro;
- Série Marinha - Capitania dos Portos (XVI M);
- Correio da Manhã;
- Gabinete de D. João VI.

- Escola

Depois de definido o tema e os documentos, era necessário estruturar a atividade que seria realizada pelos alunos. A atividade deveria corresponder ao conteúdo trabalhado e as perspectivas da escola, além de seguir as orientações de Horta no Guia de Educação Patrimonial.

A atividade estruturou-se assim:

Atividade externa no Arquivo Nacional: Consiste em apresentar aos alunos de oitavo ano a instituição, proporcionar o contato com fontes primárias, realizar atividade de pesquisa e estreitar o relacionamento entre instituição e comunidade escolar.

Atividade será realizada no dia 22 de Abril de 2016 ,sexta-feira (data já com a alteração), com saída às 9:00h horas da escola e retorno às 14:00h.

Ao chegar ao Arquivo Nacional, os estudantes serão direcionados ao auditório, onde será feita breve apresentação da instituição pelos seus funcionários e farão breve tour dentro da instituição.

A pesquisa será realizada seguindo as seguintes orientações:

- Tema: Pesquisar sobre o processo de escravidão ocorrido no Brasil Colonial
- Todos alunos deverão levar os seguintes materiais: lápis, papel avulso e celular com câmera;
- Deverão reunir o máximo de informação necessária para construção de uma apresentação em cartazes na escola;
- A turma será dividida em dois grupos: um grupo fará a pesquisa com jornais e fotografias e o outro com documentos textuais.
- Cada material consultado precisará realizar o preenchimento da Ficha de Descrição do Documento (será distribuída no Arquivo Nacional), a funcionária do Arquivo Nacional irá contar a história do documento consultado e orientará no preenchimento da ficha;
- Todos os documentos consultados poderão ser fotografados, porém só serão manuseados pelos funcionários da instituição;
- Ao final da pesquisa, os alunos retornarão para escola e os dados coletados serão utilizados na aula seguinte para construção da apresentação em cartazes.

As disciplinas que avaliarão a atividade serão: História, Sociologia, Artes e Literatura. A mesma constituirá a nota da avaliação do segundo bimestre dessas respectivas disciplinas.

Artes avaliará: produção e exposição dos cartazes, levando em consideração a criatividade e disposição das informações.

Literatura avaliará: conteúdo textual, gramática e ortografia.

Sociologia avaliará: a informação transmitida, seu conteúdo histórico e exposição das ideias.

História avaliará: a atividade junto ao Arquivo Nacional, a coleta de dados e preenchimento das Fichas de Descrição.

Depois da elaboração da atividade e o consenso entre os envolvidos, algumas disciplinas se mobilizaram em realizar atividades com fontes primárias. Não pude acompanhar como estava sendo trabalhada nas aulas de outros professores, porém junto a minha disciplina iniciamos o contato com algumas imagens e cartas do período Colonial, pedi uma interpretação básica da imagem e também uma tentativa compreensão do que tratava a carta. Em outra atividade os alunos fizeram pesquisas básicas em alguns acervos digitais, foram separados em

grupos e deveriam trazer fontes de determinados temas dos endereços eletrônicos que disponibilizei. Os mesmos também aprenderam durante as aulas a preencherem Fichas de Descrição (Anexo 4), solicitei que trouxessem documentos pessoais e na sala preencheram a Ficha com as informações solicitadas. Assim, aos poucos os alunos ficavam mais familiarizados com o uso e interpretação dessas fontes.

Na aula de 15 de abril de 2016, expliquei detalhadamente a atividade que seria realizada na semana seguinte. Apresentei a instituição por meio de slides e orientei quanto as restrições e comportamento que deveria ser adotado na instituição.

- Arquivo Nacional

Apesar das autorizações para utilizar alguns espaços terem sido solicitadas e autorizadas com mais de dois meses de antecedência da atividade, o Arquivo passou por mudanças gerenciais muito intensas. No mês de março o presidente do AN, Jaime Antunes, foi exonerado. O que necessitou uma nova autorização e exposição do que seria realizado dentro do arquivo para o novo presidente. O processo sofreu com morosidade, pois o mesmo tinha acabado de assumir e estava em processo de adaptação, porém a solicitação foi aprovada, ainda que com algumas ressalvas.

Devo explicar, que uma visita normal não necessitaria de autorização, apenas de agendamento, porém como a atividade idealizada incluía a consulta de documentos, visitação a setores mais restritos e disponibilização de funcionários para apoio, foi necessário um processo de solicitação para execução da atividade e exposição dos objetivos.

Outra situação que também comprometeu a atividade, foi o redirecionamento interno de funcionários, que prejudicou a dinâmica já estabelecida para a pesquisa interna. A princípio os alunos fariam a verificação dos documentos no setor de Preservação Digital, porém com a transição interna, precisamos redirecionar ao salão de consultas, que exigia um comportamento mais rígido por parte dos alunos.

Novamente o presidente em exercício do AN foi exonerado e foi direcionado um interino para a direção da instituição o que acarretou em mais um documento de autorização, adiamento da atividade e até uma quase desistência em realizar a atividade internamente. Porém, com o documento novamente aprovado e com o atendimento das ressalvas, o processo para realização da atividade foi retomado e a data foi fixada, 22 de abril de 2016.

Outra sala para pesquisa e exposição dos documentos foi direcionada para os alunos, como as restrições da sala de consulta eram inúmeras, incluíam inclusive não falar, o que prejudicaria na orientação dos alunos por parte dos funcionários, solicitei algum outro espaço,

onde os mesmos não prejudicariam a dinâmica do espaço e também não seriam prejudicados pelas restrições. Foi separado o mesmo auditório da apresentação da instituição, os documentos seriam levados do depósito até o auditório o que limitou os documentos que os alunos teriam acesso. Inclusive alguns só puderam ser disponibilizados em cópias, o que prejudicou o planejamento inicial.

Acatadas todas as alterações, a atividade foi confirmada pela instituição e também pela escola. Precisamos fazer um ajuste no horário de chegada para compreender ao horário dos funcionários do AN, nossa chegada estaria prevista para as 9:00 da manhã e foi alterada para às 10:00 da manhã.

4.2 Execução da atividade

- Escola

Os alunos chegaram às 8:00 da manhã, porém o ônibus só sairia às 9:00, repassei novamente em sala a atividade que iriam realizar, dividi os alunos em dois grupos, um de onze alunos e o outro de treze alunos. Indiquei novamente como realizariam o preenchimento da Ficha de Descrição (Anexo 4), distribuí as fichas para os dois grupos. Repassei as orientações de restrições e comportamento na instituição e ressaltéi os pontos que seriam avaliados durante a pesquisa.

Fui acompanhada por dois professores, Artes – Flávia e Sociologia – Maurício, ambos me ajudariam na tarefa de observar os alunos durante a pesquisa e também os funcionários da instituição. Combinei anteriormente com eles, pois verificar a interação dos funcionários com os alunos também fazia parte da minha pesquisa, porém a atividade poderia tomar um pouco da minha atenção, assim solicitei o auxílio dos professores que me acompanharam para me relatar as impressões do tratamento dado aos alunos.

- Arquivo Nacional

Saímos pontualmente as 09:00 da manhã, porém em razão de transtorno no trânsito, chegamos por volta das 10:45 no AN. Lá fomos direcionados para o auditório, onde os funcionários passaram um vídeo institucional para os alunos e falaram dos pontos relevantes da história e da atividade que a instituição executa.

Após a apresentação, os alunos puderam conhecer o prédio e algumas salas, orientados pelos funcionários. Para que não houvesse tumulto, os alunos foram divididos em dois grupos e cada um fez uma parte do Arquivo e depois trocaram.

Fui notificada logo quando cheguei que os elevadores para os depósitos estavam com problemas, os funcionários tinham que subir sete andares para retirar os documentos para consulta. E mais uma vez a pesquisa foi prejudicada, pois reduziram ainda mais o número de documentos que seriam consultados pelos alunos. O que inicialmente começou com dezoito documentos, caiu para oito documentos e alguns não eram originais e sim cópias.

Os alunos foram apresentados as máquinas de reprodução de microfilmes e também as máquinas de microfilmagem e suas fitas. Aquele momento talvez tenha sido o auge da vista, pois os alunos ficaram muito impressionados como era realizado o trabalho de microfilmagem e como tantos documentos cabiam em um espaço tão pequeno.

No momento da pesquisa, os alunos foram direcionados para o auditório, foi explicado as dificuldades para acessar o depósito, a limitação de documentos em razão do espaço de exposição e apresentação de cópias de alguns deles. Os alunos não pareceram se importar e cada grupo foi coletar os dados. Enquanto uns preenchiam as fichas, outros faziam perguntas sobre o documento para os funcionários e iam anotando no papel as partes mais relevantes. As fotos foram feitas pelos próprios funcionários do Arquivos, pois os alunos não manusearam os documentos e também ficaram a uma distância razoável para não afetar sua preservação.

O grupo de coleta das informações em documentos textuais, tiveram um pouco mais de dificuldade, pois precisavam se revezar para fazer a leitura e tivemos alguns que não se empenharam muito em colaborar para construção das fichas.

O outro grupo responsável pelas imagens, acabaram terminando antes, pois com a redução de documentos, os mesmos foram os mais afetados. Porém, puderam construir algumas reflexões em torno das imagens que mais tarde ajudaram na construção dos cartazes.

Ao final da pesquisa, os documentos foram recolhidos e os alunos permaneceram no auditório para os agradecimentos e encerramento da atividade.

Orientei que na semana seguinte, todas as informações coletadas seriam reunidas em sala e iríamos construir a exposição em cartazes dos dados coletados. A professora de Artes conduziria na montagem da exposição e o de Sociologia, auxiliaria na construção dos textos explicativos e na abordagem do tema.

Pedi a todos os alunos que realizassem o preenchimento da avaliação da atividade no Arquivo Nacional e entregassem na semana da exposição dos cartazes. Distribuí a ficha de avaliação, Anexo 1, e informei que a mesma poderia ser no formato anônimo.

4.3 Encerramento e conclusão da atividade

- Escola

Na semana seguinte, os alunos do oitavo ano, foram direcionados para sala de leitura, para finalizar a pesquisa e montar os cartazes. Foi disponibilizado livros didáticos, para consulta e construção da exposição, bem como as fotos e as informações anotadas durante a fala dos funcionários e as que foram anotadas nas fichas.

Optaram por fazer um relato sobre a escravidão nos cartazes e mobilizar a reflexão da atual condição do negro no Brasil, tal orientação foi mediada pelo professor de Sociologia Maurício, que auxiliou também na interpretação de alguns dados históricos.

Não auxiliei neste segundo processo, pois não era meu dia de aula e as funções já haviam sido definidas previamente. Porém, com o auxílio do relato dos professores pude remontar essa etapa.

Os alunos utilizaram dois tempos de Sociologia e dois tempos de Artes para realizar a tarefa.

A professora de Artes auxiliou na montagem de melhor disposição das imagens e letras dos cartazes e também orientou quanto a cores e desenhos que foram feitos para exposição. Ela os orientou na melhor disposição dos cartazes e melhor espaço para que tivesse melhor visibilidade na escola.

Recomendei que as imagens ou textos que foram retirados da pesquisa do Arquivo Nacional, viesse com a legenda, do local que foi pesquisado, o fundo da onde foi retirado e o ano. Assim, os mesmos deveriam retornar as Fichas de Descrição para realizar as identificações.

Durante a atividade o professor de Sociologia, conversou sobre os aspectos da escravidão e também demonstrou como esse processo ainda afeta o dia a dia de pessoas negras e afrodescendentes. Explicou os motivos da escravização no período do Brasil Colonial de pessoas negras e as possíveis razões para que as pessoas aceitassem tal crueldade.

Apesar de ter sido uma recomendação minha, os professores não trabalharam as formas de resistência e junto aos documentos consultados também não tinha nenhum que demonstrasse as várias formas como os negros tentaram resistir a escravidão. De toda forma o assunto poderia continuar sendo explorado e trabalhado nas futuras aulas que teríamos.

As fotos da exposição e dos cartazes seguem em anexo a esta dissertação, porém, como quase nenhum responsável assinou para liberação da imagem de seus filhos neste trabalho, preferi não coloca-las para que não tivesse problemas futuros. As imagens que foram feitas com as turmas no Arquivo Nacional, também incorrem no mesmo problema.

Após a elaboração dos cartazes e consolidação das informações, os alunos dispuseram no espaço dos corredores da escola, onde ficou exposto por todo o mês de maio.

- Arquivo Nacional

Após o encerramento da atividade no Arquivo Nacional, me comprometi de enviar um relatório com o parecer sobre a atividade, onde reuniria os relatos dos alunos. O relatório foi entregue em 19 de maio, para chefe do setor de Promoção Institucional, Veronica, onde apontava os pontos positivos e negativos da visita e atividade e sugeria melhorias para melhor atender o público escolar. Foi anexado algumas das fichas que os alunos preencheram avaliando a visita e atividade. Uma outra cópia foi entregue no setor de protocolo, para que fosse direcionado ao na época presidente interino do Arquivo Nacional.

Não houve até o momento qualquer resposta ou retorno sobre o relatório, e não obtive qualquer posicionamento positivo ou negativo da atividade pelos funcionários que nos atenderam.

Encaminhei no mês de julho, ao atual presidente da AN, um questionário (Anexo 2), pois o anterior, encaminhado para o presidente interino, não obtive retorno. Obtive retorno com um agendamento de uma reunião, realizada no mês de Agosto. Onde pude expor minha pesquisa e seus desdobramentos e consegui coletar algumas informações das possíveis mudanças para o Arquivo Nacional que impactaria diretamente no seu relacionamento com a comunidade.

Foi também encaminhado para o setor de Promoção Institucional um questionário (Anexo 3), o mesmo foi respondido pela chefe de setor, Veronica Morse e suas respostas foram incorporadas nesta dissertação. Apesar de ter demonstrado durante a construção e execução da atividade, a dificuldade de professores e alunos utilizarem o espaço para projetos educativos, a mesma atribui no questionário que não há maior interação ente AN e Escola, devido à falta de interesse das escolas em utilizarem aquele espaço.

Espero que de alguma forma o relatório que foi entregue e futuramente esta dissertação, possa contribuir para ampliar a visão do Arquivo, quanto as modificações necessárias para atender melhor as escolas.

5. CAPÍTULO IV – PRODUTO “DESARQUIVE-SE”

A elaboração de um guia para professores utilizarem os espaços e acervos de arquivos, foi apontado como um dos objetivos desse projeto. Assim, a ideia inicial era que o relato da atividade aplicada fizesse parte do guia. Porém no decorrer da sua construção, percebi que a inserção do relato da atividade que realizei, tornaria o guia muito extenso, o que poderia acarretar a não usabilidade do mesmo. Desta forma optei por elaborar um guia mais objetivo que tivesse uma linguagem mais acessível e agradável aos usuários.

Apesar de ter consultado vários formatos de guias, nenhum atendeu diretamente a minha proposta. Optei por construir conforme o que considerei um formato usual e prático.

5.1 Construção do Guia

Embora a pesquisa desenvolvida neste projeto esteja voltada para o Arquivo Nacional, no guia, preferi que fosse algo mais genérico e diversificar as opções. Também optei por não delimitar a orientação do mesmo por área de ensino ou por série escolar, abrindo possibilidades para ser usado da forma que melhor atender os professores.

Para que o contexto fosse melhor compreendido, conduzi seu desenvolvimento de acordo com a construção deste trabalho, onde trato o arquivo e seu acervo como patrimônio documental e compreendido dentro da Educação Patrimonial. Então apresento os conceitos de Educação Patrimonial e insiro os arquivos nessa dinâmica.

5.2 Fontes Primárias

Pensando em aproximar a temática ao cotidiano do professor, inscrevi as atividades propostas na tarefa de trabalhar com os alunos fontes primárias. Um dos maiores ganhos em trabalhar com acervo de arquivo é o contato com fontes primárias. E como o trabalho de fontes é priorizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, investi nessa abordagem trazendo o conceito e apontando meios, ganhos e possibilidades em se trabalhar com fontes primárias na educação básica.

Um dos levantamentos que fiz no questionário (Anexo 5) era sobre o uso de fontes primárias na escola, se havia preocupação em trabalhar este conceito. A maioria respondeu que a mesma trabalha pouco (29%) ou muito pouco (29%). O uso das fontes primárias, faz com que o aluno possa construir uma reflexão, consiga desenvolver a análise e contextualizar aquela informação. Isto o torna mais crítico e familiarizado a análise de dados e fontes. Muito importante principalmente para a disciplina de História, para análise crítica dos fatos,

percebendo que o documento é fruto de sua época e que a postura positivista da leitura do mesmo, não é saudável para apuração dos fatos.

Em contrapartida, quando pergunto se os mesmos utilizam fontes primárias em suas aulas, 32,3%, informaram que quase sempre fazem uso desse recurso.

A escola e professores, precisam trabalhar em sincronia, para que suas ações surtam os efeitos necessários nos alunos. Assim, o apoio da escola aos professores, para trabalhar esse recurso, é fundamental para que se obtenha bons resultados.

5.3 Atividades Pedagógicas

Desenvolvi três modelos de atividade pedagógica para inserir junto ao guia. O primeiro, foi a atividade que apliquei junto ao Arquivo Nacional. A mesma foi inserida de forma simplificada, sem o relato da aplicação. A intenção é que o professor possa olhar para os exemplos e adaptar para sua realidade. Não necessariamente seguir à risca tudo que foi descrito.

A segunda atividade é junto ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, pensei em diversificar as opções para que o usuário, também tenha conhecimento de outros espaços. Esta atividade consiste em uma visita orientada no AGCRJ, com intuito de explorar seu acervo cartográfico.

Já a terceira e última atividade é uma pesquisa orientada no acervo digital da Casa de Rui Barbosa. A mesma ensina como alunos podem realizar uma pesquisa na internet com qualidade, explorando os acervos digitais dessas instituições.

Todas as atividades são apenas para reunir possibilidades de como trabalhar Educação Patrimonial em instituições de arquivo. E demonstrar que é possível utilizar o acervo desses locais em prol do ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste projeto era aferir as possibilidades e obstáculos de uso do espaço e acervo do Arquivo Nacional, para o ensino e aprendizagem da disciplina História. Pois considero os arquivos, parte importante do nosso patrimônio cultural e que devem ser melhor explorados pelas escolas, afim de conscientizar sobre a importância da preservação desses espaços e de servir como ferramenta a educação. Para isto foi proposto uma atividade pedagógica, onde alunos do ensino fundamental usaram o acervo para construir uma pesquisa.

A construção dessa atividade se mostrou muito desafiadora. O Arquivo Nacional, não estava preparado para acolher tal proposta. Os mesmos não recebem habitualmente escolas e se projetam para um tipo de público mais especializado.

Pude compreender que não há interesse do Arquivo Nacional em adaptar o espaço para o acolhimento desse público. Ainda persiste um caráter protecionista, que impede que o acesso e difusão sejam de fato a prioridade do Arquivo.

Não compreendem que a utilização do acervo é que vai garantir a sua preservação na sociedade e que a melhor forma para atingir a sociedade é abrindo suas portas para receber a comunidade escolar.

É na educação básica que aprendemos a respeitar e conhecer nosso patrimônio. Se o Arquivo não se inserir no âmbito cultural, pode perder sua funcionalidade social. O reconhecimento do arquivo como guardião da memória e do patrimônio documental da sociedade é primordial para que futuramente o mesmo se mantenha ativo.

Apesar do cenário de indiferença ao público escolar, consegui, com apoio de alguns amigos/professores na instituição, desenvolver a atividade. Os alunos conseguiram concluir com êxito a pesquisa e tenho certeza que a presença dos mesmos na instituição demonstrou para o Arquivo Nacional que é necessário abrir mais possibilidades de apropriação do seu espaço.

O entusiasmo dos alunos, frente as novidades apresentadas pelos funcionários, fez com que a visitação durasse um pouco mais, para que pudessem explorar melhor o que lhes era apresentado. Percebi o entusiasmo dos funcionários demonstrando os processos e se dedicando mais as apresentações.

Sem dúvida faltou profissionais especializado para atendimento do público, para adaptar a linguagem da explicação, porém os alunos saíram satisfeitos de tudo que foi apresentado.

O Arquivo Nacional, possui espaço e acervo para proporcionar as escolas um atendimento mais direcionado, basta investir nessa direção. Ainda com todo o transtorno para

a consulta dos documentos separados para pesquisa, tudo que foi apresentado conseguiu ser apropriado para o ensino, não apenas da disciplina História. Porém, se todo professor precisar se desdobrar para aplicar uma proposta parecida, sem dúvidas vai desistir ou se desestimular.

Fiz a atividade com intuito de impactar, de apropriar do espaço, estimular a interação. Porém, os profissionais da educação, precisam encontrar mais facilidades para desenvolver tais atividades. Não é todo professor que tem a disponibilidade de pensar e construir uma atividade junto ao Arquivo. É necessário que o mesmo ofereça algumas alternativas e que disponha de equipe para pensar tais projetos.

Hoje, eu digo que é possível utilizar o espaço e seu acervo e com ganhos muito positivos para o ensino e aprendizagem, contudo é inviável ter o desdobramento que precisei ter para realizar tal atividade. Isso acarreta na não usabilidade do local.

O mesmo tem muitas possibilidades que podem e devem ser exploradas. É necessária uma conscientização deles para que percebam que as escolas estão deixando de usufruir de seus serviços, por não oferecem serviços voltados para escola.

Sem dúvida alguma, não há interesse da escola de levar o aluno para assistir um filme institucional e uma exposição que destoa da aprendizagem escolar. Toda e qualquer escola consciente de seu papel educador, realiza as atividades externas como apoio para o processo de ensino e não apenas como um momento de lazer fora da escola. Sempre deve existir preparo para as visitas externas e objetivos a serem explorados e alcançados.

Visitar o prédio só para mostrar a existência do mesmo, não promove valorização. E se não promove valorização, tão pouco a preservação.

Os alunos conseguiram realizar uma boa pesquisa com base nas fontes que consultaram e a avaliação da atividade foi muito positiva. Eles gostaram de visitar o espaço e compreenderam na prática sua função. Alguns demonstraram o interesse de doar os arquivos pessoais da família, afim de que ficassem salvaguardados, isso demonstra como eles compreenderam a importância daquele local e assimilaram o significado de ter espaços como aquele.

A escola precisa estimular o uso desses espaços e compreender o quanto os mesmos são de grande auxílio para formação dos alunos. Mas, se não houver uma abertura desses espaços para a educação, inevitavelmente eles serão negligenciados tanto por parte da comunidade escolar, como pela sociedade em geral.

No questionário feito para os professores, quando pergunto se os mesmos utilizam os arquivos públicos, é assustador o número de profissionais que responderam que raramente usam os arquivos, o número é ainda maior quando questiono se utilizam o acervo desses arquivos

para construção de suas aulas. Isso demonstra que a acessibilidade desses espaços para os profissionais da educação é muito pequena. Não adianta guardar a informação se a mesma não é utilizada. Perde a funcionalidade de guarda do documento, pois o valor dele acaba sendo ocultado.

O Arquivo Nacional, por ser o responsável pelas políticas de arquivo, precisa olhar para o formato de difusão que o mesmo está utilizando e repensar seu papel social.

Enquanto o mesmo continuar se projetando para um público mais especializado, não conseguirá o reconhecimento nem a valorização por parte da sociedade em geral. Seu acervo continuará oculto da sociedade que o produziu.

Espero que tenha de alguma forma conseguido influenciar com a atividade que promovi, com meu relatório e dissertação, uma mudança de postura para o atendimento escolar.

Para dar mais projeção a este tema, também desenvolvi o guia que pode auxiliar os professores na utilização desses espaços. O mesmo também poderá ser objeto de estudo por parte das instituições para compreenderem o processo de construção de uma visitação e também a importância da acessibilidade das informações e do acervo.

É necessário que mais projetos sejam voltados e focados em arquivos, para que isso promova e incentive esses espaços a se dedicarem mais para abrangência de seus serviços.

A riqueza que essas instituições guardam, são importantes de mais para ficarem ocultadas da sociedade. E sua projeção para as políticas públicas podem se ampliar, conforme o interesse da sociedade aumentar.

Não há preservação da informação, se a mesma não vier acompanhada do acesso. Preservar não é apenas salvar, mas manter aquela informação viva na sociedade.

Acredito que este trabalho trouxe projeção ao tema e espero que possa contribuir com outros estudos. Desejo que este tema continue sendo discutido para gerar uma real modificação na postura dessas instituições. Nosso patrimônio, seja ele em qual formato for, precisa atender a sociedade que o criou, para que a mesma possa sempre se identificar através deles.

Uma sociedade que não se reconhece em seus patrimônios e memória, não consegue realmente ser uma sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013;

HUYSSSEN, Andreas. *Passados presentes: mídia, política, amnésia. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000;

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999;

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. São Paulo: PUC, 1981;

PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009;

CATROGA, Fernando. *Memória, história, historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001;

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. SP, Vértice, 1990;

SÁNCHEZ COSTA, F. (2009). "La cultura histórica: una aproximación diferente a la memoria colectiva". *Pasado y memoria: Revista de Historia Contemporánea*, n. 8, pp. 267-286;

BENVENISTE, E. *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991;

FRATINI, Renata. *Educação patrimonial em arquivos*. *Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 34, ano 2009;

Parâmetros Curriculares Nacionais

Diretrizes Curriculares Nacionais

Sítios eletrônicos:

<http://www.arquivonacional.gov.br/>

<http://www.naa.gov.au/>

<https://www.archives.gov/>

<http://www.casaruibarbossa.gov.br/>

<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/>

ANEXOS

Anexo 1

FICHA DE AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE

O que achou da atividade?

Alguma sugestão para melhora-la?

Relate o que achou da experiência no Arquivo Nacional?

Anexo 2

Pesquisa Arquivo e Comunidade Escolar

Os dados coletados serão utilizados para fins acadêmicos, no intuito de contribuir para pesquisa realizada no Mestrado de História da UNIRIO. A única divulgação que será feita é no meio científico, afim de avaliar a interação entre arquivo e escola.

O público escolar, alunos, professores e comunidade escolar do qual trata essa pesquisa é o que compreende a Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio).

Qualquer dúvida no preenchimento, favor direcionar ao e-mail: railane.apereira@gmail.com.

Desde já agradeço a contribuição!

Nome:

Cargo:

Setor:

- 1- Como considera as políticas de acesso e difusão promovidas pelo AN, para comunidade escolar?
- 2- Existem projetos para aproximar a comunidade escolar e AN ?
- 3- Há preparação de pessoal interno para atender o público escolar? Como é feito?
- 4- As ferramentas de acesso ao acervo digitalizado, atende ao público escolar?
- 5- Quais mudanças mais relevantes para a Política Nacional de Arquivos estão previstas no Plano Setorial do CNPC do MinC?
- 6- Com essa aproximação do AN e MinC, a comunidade escolar e sociedade em geral serão beneficiadas?
- 7- Existe um esforço no site do AN para promoção de conteúdos do acervo para sala de aula. Quem é responsável por esta parte? É um trabalho constante ? Existe participação de professores?
- 8- Qual a importância da comunidade escolar para o AN ? Como compreende essa relação?
- 9- Hoje como considera os serviços oferecidos pelo AN a comunidade escolar?
- 10- Em sua perspectiva, o que poderia melhorar para uma melhor interação entre o AN e comunidade escolar?

Anexo 3

Arquivo e Comunidade Escolar

Os dados coletados serão utilizados para fins acadêmicos, no intuito de contribuir para pesquisa realizada no Mestrado de História da UNIRIO. A única divulgação que será feita é no meio científico, afim de avaliar a interação entre arquivo e escola.

O público escolar, alunos, professores e comunidade escolar do qual trata essa pesquisa é o que compreende a Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio).

Qualquer dúvida no preenchimento, favor direcionar ao e-mail: railane.apereira@gmail.com.

Desde já agradeço a contribuição!

Nome:

Cargo:

Setor:

- 1- Quantas escolas por mês visitam o AN?
- 2- Que tipo de atividade é realizada na visitaçã o ?
- 3- Em média, quanto tempo leva uma visitaçã o?
- 4- Quais são os espaços/setores que os alunos têm acesso?
- 5- Os alunos tem acesso ao acervo do AN ? Como?
- 6- É dado algum material voltado para esse público?
- 7- É oferecida alguma oficina para professores ou alunos?
- 8- Existem projetos para aproximar a comunidade escolar e AN ?
- 9- Há preparação de pessoal interno para atender o público escolar? Como é feito?
- 10- Em sua perspectiva, o que poderia melhorar para uma melhor interação entre o AN e comunidade escolar?

